



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 7.411, DE 2010

(Do Sr. Valdir Colatto)

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT), e dá outras providências".

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-6858/2002.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, fica acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 3º.....

VI - A liberação das parcelas do benefício do seguro-desemprego será permitida ao trabalhador desempregado mediante comprovação de frequência em cursos de qualificação e capacitação profissional a ser oferecido gratuitamente pelo Sistema S (SENAC, SESI e SENAR) pelas Universidades Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs.

Parágrafo único. No caso do inciso VI deste artigo, o benefício do seguro-desemprego será suspenso em caso de frequência inferior a 75% ou desistência dos cursos.”
(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta objetiva acabar com as distorções da indústria do seguro-desemprego, propondo alteração na Lei, visto que a utilização indevida deste benefício tornou-se um círculo vicioso insustentável, aumentando os custos públicos, oriundos da contribuição dos cidadãos trabalhadores brasileiros.

Como alternativa de resposta para a resolução dessas questões propõe-se que a liberação das parcelas desse benefício seja atrelada à realização pelo empregado de cursos de qualificação e capacitação profissional oferecidos de pelo sistema S, (SESI, SENAC, SENAR), e pelas Universidades Federais ou Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, com controle e exigência de 75% de frequência, visando dar ao trabalhador desempregado as condições necessárias ou seja a qualificação profissional para uma reinserção no mercado de trabalho. Também, é nosso propósito a moralização desse benefício, trabalhando com essa iniciativa de forma a acabar com as licenças construídas com outras finalidades, que não a de proteger o trabalhador que necessita.

Precisamos adotar medidas para banir as irregularidades no benefício seguro-desemprego, e ainda qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho utilizando a disponibilidade do Sistema S que poderá atenuar a carência de profissionais especializados nos mais diversos setores da economia brasileira.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2010.

Deputado Federal VALDIR COLATTO
PMDB/SC

<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o
Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao
Trabalhador - FAT, e dá outras providências.

.....

DO PROGRAMA DE SEGURO DESEMPREGO

.....

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I - ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II - ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III - não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV - não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V - não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

Art. 3º-A A periodicidade, os valores, o cálculo do número de parcelas e os demais procedimentos operacionais de pagamento da bolsa de qualificação profissional, nos termos do art. 2º-A desta Lei, bem como os pré-requisitos para habilitação serão os mesmos adotados em relação ao benefício do Seguro-Desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa. [\(Artigo acrescido pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/8/2001\)](#)

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação. [\(Vide Lei nº 8.900, de 30/6/1994\)](#)

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à exceção do seu inciso II.

.....

.....

<p style="text-align: center;">FIM DO DOCUMENTO</p>
--